

LÍNGUA PORTUGUESA

CLARICE LISPECTOR: A TEIA SUTIL DE UMA POÉTICA FEMINISTA

Rita Terezinha Schmidt
(03 de janeiro de 2024)

Assim como Clarice sempre resistiu a qualquer tentativa de enquadramento e manifestava publicamente sua falta de interesse em produzir “literatura” – termo ao qual atribuía o peso de uma instituição, um fardo que nunca cogitou carregar porque se considerava uma amadora, e não uma “profissional” –, também nunca mencionou o termo “feminista”, seja na sua vida pública, seja na sua produção ficcional. Talvez porque na época circulava o clichê de que feministas eram mulheres mal-amadas e desejavam se igualar aos homens, noções distorcidas e disseminadas por segmentos conservadores que não admitiam a agenda da luta por direitos, foco das reivindicações dos movimentos de mulheres que começaram a ganhar vulto a partir da década de 1950.

Nesse período e nas décadas seguintes, o impacto da obra *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, foi explosivo, particularmente pela afirmação de que a mulher “feminina”, nos termos do binarismo de gênero na cultura patriarcal, é caracterizada pela passividade e que é nessa condição que ela se torna um ser para o outro, uma alteridade institucionalizada.

Com vivências em países europeus e nos Estados Unidos, Clarice certamente tomou conhecimento das passeatas de mulheres que ganhavam, na época, ampla cobertura nos jornais e em noticiários na televisão. Também foi leitora de escritoras inglesas como Emily Brontë, Katherine Mansfield e Virginia Woolf, que abordaram questões relativas à condição feminina, definida como “o problema que não tem nome” por Betty Friedan, em seu *A mística feminina* (1963). Woolf, além de inovadora na prosa de ficção, em *Um teto todo seu* (1929) foi pioneira na denúncia da opressão econômica, intelectual e criativa das mulheres: ao tentar fazer uma pesquisa sobre o tema mulher e ficção na biblioteca de Oxbridge (nome fictício para as duas mais tradicionais universidades da Inglaterra, Cambridge e Oxford), teve sua entrada barrada por não estar acompanhada de um homem nem levar uma carta de apresentação. Ao retornar devidamente acompanhada, levantou informações que referendaram o que observara de forma empírica, isto é, que a tradição literária

era pautada, exclusivamente, na genealogia pais/filhos.

Em tempos de questionamentos e de transformações sociais, não surpreende que na singularidade composicional de suas obras Clarice articulasse um feminismo latente de outra genealogia, a de mãe/filhas, presente nos alinhamentos entre narradora, autora implícita e personagens femininas, tramados em diferentes graus de cumplicidade. Trata-se de uma teia na qual a relação da narradora com suas personagens conflui em fios de discurso/fios de pensamento que deslizam de uma obra a outra, produzindo ressonâncias e superposições na construção de elos intersubjetivos. Se o fio, no mito de Ariadne, é símbolo de salvação de um enredamento mortal, na obra de Clarice seu arquétipo tece um imaginário que fecunda subjetividades/identificações declinadas pelo pertencimento feminino e que entrelaçam vida e ficção numa economia de afetos que não deixa de evocar o lema feminista de nossa época, “o pessoal é político”.

Talvez nenhuma outra escritora brasileira, ao longo de sua obra, tenha sido capaz de captar e sustentar com perspicácia e constância a problemática de personagens femininas, circunscritas por injunções de uma estrutura patriarcal que contamina o espaço familiar. Suas trajetórias oscilam em movimentos de resistência, de submissão e de transgressão, num aprendizado doloroso de autoconsciência e de percepção do mundo à sua volta. Isso não significa dizer que Clarice reduzia a literatura ao compromisso verossímil de um realismo ingênuo, mas, sim, que seu viés feminista estava presente na construção das experiências vividas por suas personagens e produzia, de forma subjacente, uma crítica social pertinente a seu tempo e lugar.

A pergunta “quem sou eu?”, implícita ou explícita, que percorre os fios de sua teia ganha expressão em Joana, Ana, Lucrécia, Laura, Virgínia, G. H., Ângela, personagens que figuram a condição da mulher brasileira de classe média dos anos 1940 a 1960 – condição essa que transcende limites geográficos e temporais. Em diferentes graus de sensibilidade quanto à realidade, todas essas personagens passam por sensações de vazio e de impotência, um desconforto com um cotidiano regulado por rituais domésticos e padrões preestabelecidos que dão um falso equilíbrio às suas existências e distorcem as percepções de si próprias e da vida. Por isso, em momentos de devaneios, vertigens ou revelações, todas são assaltadas por certo mal-estar, um desejo confuso, pela falta de algo que não sabem definir o que é, mas que sentem

ser necessário descobrir. Esse momento é o das horas perigosas, quando algo reprimido emerge à superfície para romper a normalidade das aparências e desestabilizar, mesmo que momentaneamente, a estrutura engessada de suas vidas. [...]

As obras de Clarice são declinadas no feminino sob um viés feminista, não somente pelo protagonismo de suas personagens mulheres e pelos laços de cumplicidade entre elas e a narradora, mas pelo agenciamento da escritora que intervém, de forma eloquente, no sistema de representação da cultura patriarcal. Não por acaso, o último fio de sua teia culmina no caudal de *Água viva*, pura imersão na energia originária de um feminino cósmico que vem “das trevas de um passado remoto”. Assim, tecida por muitos fios, a poética feminista de Clarice inscreve seu posicionamento social e político no contexto da cultura de seu tempo e projeta uma ética da diferença, inscrita no potencial criativo e subversivo das mulheres, que se reinventam para poder se imaginar outras, e umas com as outras, na literatura e na vida.

Texto publicado originalmente na *Cult* 264, de dezembro de 2020.

A autora do texto é doutora em literatura, professora titular de literatura e convidada do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Adaptado de <https://revistacult.uol.com.br/home/cult-301-clarice-lispector/>, acesso em 21 de mar de 2024.

01) Rita Terezinha Schmidt, no texto “Clarice Lispector: a teia sutil de uma poética feminista” defende a ideia, segundo a qual:

(A) Clarice Lispector, em suas obras, não enfocou a temática feminista e não se posicionou diante das demandas do seu tempo.

(B) Clarice Lispector construiu, em suas obras, a partir de personagens femininas, uma teia sutil, inscrevendo o seu posicionamento social e político no contexto da cultura do seu tempo.

(C) As personagens femininas de Clarice Lispector não se reinventam para poder se imaginar outras na literatura e na vida.

(D) A escritora foi incapaz de compreender que a tradição literária era pautada, exclusivamente, na genealogia pais/filhos.

(E) Clarice Lispector não teve contato com os movimentos feministas fora do Brasil, construindo, por isso, uma literatura que contempla a genealogia pais/filhos, seguindo a tradição.

02) Considere o texto sobre Clarice Lispector, marque a alternativa INCORRETA:

(A) Em suas obras Clarice Lispector não aborda o feminismo sob o viés feminista, mas intervém, de forma eloquente, no sistema de representação da cultura patriarcal de sua época.

(B) Clarice projeta uma ética da diferença, inscrita no potencial criativo e subversivo das mulheres, que se reinventam para poder se imaginar outras, e umas com as outras, na literatura e na vida.

(C) Em graus distintos, as personagens de Clarice Lispector passam por sensações de vazio e de impotência, mostrando-se desconfortáveis diante dos rituais domésticos que dão um falso equilíbrio às suas existências.

(D) As personagens femininas, na obra de Clarice Lispector, não sustentam com perspicácia e constância a problemática de personagens femininas.

(E) O viés feminista estava presente em sua obra, destacando-se a construção das experiências vividas por suas personagens, produzindo, de forma subjacente uma crítica social pertinente a seu tempo e lugar.

03) No período, abaixo, as locuções sublinhadas exercem a função sintática, respectivamente, de:

“Assim, tecida por muitos fios, a poética feminista de Clarice inscreve seu posicionamento social e político no contexto da cultura de seu tempo e projeta uma ética da diferença, inscrita no potencial criativo e subversivo das mulheres, que se reinventam para poder se imaginar outras, e umas com as outras, na literatura e na vida”.

(A) adjunto adnominal, objeto direto, objeto indireto.

(B) sujeito, complemento nominal, objeto direto.

(C) sujeito, objeto direto, aposto.

(D) sujeito, predicativo do sujeito, objeto direto.

(E) sujeito, objeto direto, objeto direto.

04) Quanto à regência verbal, os verbos sublinhados no período abaixo, classificam, respectivamente como:

Isso não significa dizer que Clarice reduzia a literatura ao compromisso verossímil de um realismo ingênuo, mas, sim, que seu viés feminista estava presente na construção das experiências vividas por suas personagens e produzia, de forma subjacente, uma crítica social pertinente a seu tempo e lugar.

- (A) transitivo direto, transitivo direto.
- (B) transitivo direto, transitivo indireto.
- (C) transitivo direto, transitivo direto e indireto.
- (D) transitivo indireto, transitivo direto.
- (E) transitivo direto e indireto, transitivo.

05) Marque a alternativa em que as palavras apresentam SOMENTE encontros consonantais:

- (A) Clarice, compromisso, produzia.
- (B) Ariadne, salvação, obra.
- (C) verossímil, construção, tempo.
- (D) imersão, cósmico, mulheres.
- (E) inscreve, projeta, narradora.

06) Marque a alternativa em que as palavras se formam pelo processo de derivação sufixal:

- (A) impotência, poética.
- (B) desconforto, representação.
- (C) potencial, preestabelecidos.
- (D) posicionamento, patriarcal.
- (E) feminista, desconfortáveis.

07) As palavras são acentuadas por serem proparoxítonas em:

- (A) impossível, também.
- (B) ninguém, viés.
- (C) domésticos, poéticas.
- (D) ética, equilíbrio.
- (E) água, originária

08) Quanto à classe de palavras e suas funções, assinale a alternativa que indica a classificação correta das palavras sublinhadas, respectivamente:

- (A) “Não por acaso, o último fio de sua teia culmina no caudal de *Água viva*, pura imersão na energia originária de um feminino cósmico que vem “das trevas de um passado remoto”. **(substantivo, substantivo)**
- (B) “Assim, tecida por muitos fios, a poética feminista de Clarice inscreve seu posicionamento social e político no contexto da cultura de seu tempo [...]”. **(preposição, substantivo)**
- (C) “Em graus distintos, as personagens de Clarice Lispector passam por sensações de vazio e de impotência, mostrando-se desconfortáveis diante dos rituais domésticos que dão um falso equilíbrio às suas existências”. **(substantivo, adjetivo)**
- (D) “Esse momento é o das horas perigosas, quando algo reprimido emerge à superfície para romper a normalidade das aparências e desestabilizar, mesmo que momentaneamente, a

estrutura engessada de suas vidas”. **(pronome, conjunção)**

(E) “Isso não significa dizer que Clarice reduzia a literatura ao compromisso verossímil de um realismo ingênuo, mas, sim, que seu viés feminista estava presente na construção das experiências vividas por suas personagens [...]”. **(verbo, preposição)**

09) No período, “Com vivências em países europeus e nos Estados Unidos, Clarice certamente tomou conhecimento das passeatas de mulheres que ganhavam, na época, ampla cobertura nos jornais e em noticiários na televisão” a oração sublinhada classifica-se como:

- (A) Oração subordinada adjetiva.
- (B) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (C) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- (D) Oração subordinada adverbial temporal.
- (E) Oração subordinada substantiva subjetiva.

10) Marque a alternativa em que os verbos sublinhados, no período abaixo, estão conjugados, respectivamente, no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito do modo indicativo:

- (A) “As obras de Clarice são declinadas no feminino sob um viés feminista, não somente pelo protagonismo de suas personagens mulheres e pelos laços de cumplicidade entre elas e a narradora, mas pelo agenciamento da escritora que intervém, de forma eloquente, no sistema de representação da cultura patriarcal”.
- (B) “Não por acaso, o último fio de sua teia culmina no caudal de *Água viva*, pura imersão na energia originária de um feminino cósmico que vem das trevas de um passado remoto”.
- (C) “Assim, tecida por muitos fios, a poética feminista de Clarice inscreve seu posicionamento social e político no contexto da cultura de seu tempo e projeta uma ética da diferença [...]”.
- (D) “Com vivências em países europeus e nos Estados Unidos, Clarice certamente tomou conhecimento das passeatas de mulheres que ganhavam, na época, ampla cobertura nos jornais e em noticiários na televisão”.
- (E) “Isso não significa dizer que Clarice reduzia a literatura ao compromisso verossímil de um realismo ingênuo, mas, sim, que seu viés feminista estava presente na construção das experiências vividas por suas personagens e produzia, de forma subjacente, uma crítica social pertinente a seu tempo e lugar.”

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

11) O sudoeste paranaense é uma região repleta de conflitos históricos que moldaram as relações com a sociedade civil e a posse e propriedade da terra. Sobre o assunto, marque (V) para Verdadeiro e (F) para Falso e assinale a alternativa que contém a sequência correta:

() Entre 1864 e 1870, a região sudoeste do Paraná foi pleiteada pelo governo da Argentina. A questão foi resolvida em favor do Brasil, com a arbitragem do presidente norte-americano John F. Kennedy e atuação irretocável do Conde D'Eu.

() No início do século XX, no conflito que ficou conhecido como Guerra do Contestado, milhares de pessoas que haviam sido expulsas de suas terras para a construção de uma estrada de ferro acreditaram que o monge José Maria voltaria dos céus liderando um exército encantado para lhes trazer redenção.

() Entre 1943 e 1946 o governo brasileiro desmembrou áreas do Paraná e de Santa Catarina para criar o Território Federal do Iguçu. A ideia era reforçar a presença brasileira na fronteira internacional dentro do projeto conhecido como "Marcha para Oeste" do então presidente Getúlio Vargas.

() Em 1957 ocorreu o movimento conhecido como Revolta dos Colonos foi um levante de repúdio aos problemas de colonização na região. O contexto envolvia os posseiros que exigiam titulação das terras, mas também companhias de colonização e os governos federal e estadual.

- (A) F, V, V, F.
- (B) F, V, V, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.
- (E) F, F, F, V.

12) Antes de ser estabelecido como município de Enéas Marques, a localidade foi elevada à categoria de distrito administrativo em 1961. No entanto, na época recebeu outro nome, ligado à geografia da comunidade. Se tratava de um córrego que limitava o perímetro urbano, que tinha o mesmo nome da grande quantidade de árvores de determinada espécie que faziam a composição de sua paisagem. Qual das alternativas abaixo se refere a este nome?

- (A) Andiroba.
- (B) Jequitibá-rosa.

- (C) Angelim-vermelho.
- (D) Jaracatiá.
- (E) Maçaranduba.

13) A história do Brasil é elemento central para compreender um dos mais vergonhosos processos históricos na história da humanidade. Em 2017, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) decidiu reconhecer o valor universal das ruínas do principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil. Após ter sido aterrado em 1911, foi apenas em 2011 durante as obras conhecidas como Porto Maravilha que as escavações retomaram a história daquele lugar, e decidiu-se iniciar o processo legal para fazer dele uma memória daquela violência contra a humanidade. Qual das alternativas abaixo se refere a esse patrimônio histórico e turístico?

- (A) Cais do Valongo.
- (B) Píer de Paranaguá.
- (C) Terminal de Camará.
- (D) Porto do Pecém.
- (E) Completo de Itajaí.

14) Em fins de 2023, a cidade de Maceió recebeu alerta de "risco iminente" da Defesa Civil devido à possibilidade de desabamento de uma das minas de extração de sal-gema na cidade. Ali, a mineração causou instabilidade no solo e, até então, milhares de imóveis e de pessoas foram afetados. Qual das alternativas abaixo se refere à empresa responsável pelas minas que podem entrar em colapso na cidade?

- (A) Braskem.
- (B) China.
- (C) Inglaterra.
- (D) França.
- (E) Rússia.

15) Recentemente, a Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo tem pautado a instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em relação às atuações de Organizações Não Governamentais (ONGs) numa região dominada pelo uso indiscriminado de entorpecentes no centro da capital paulista. O debate sobre o que fazer quanto ao tema será uma das principais agendas políticas da eleição municipal de 2024, e mobilizará grande interesse político nacional. Qual das alternativas abaixo se refere ao nome utilizado para se referir a essa área em São Paulo?

- (A) Jacarezinho.
- (B) Manguinhos.
- (C) Oitão Preto.
- (D) Cracolândia.
- (E) Parque Bryant.

16) Em agosto de 2023, uma das grandes estrelas da dramaturgia brasileira faleceu aos 90 anos, pouco antes de receber uma homenagem em honra à sua carreira que seria entregue durante a 51ª edição do Festival de Cinema de Gramado (RS). Porém, além da carreira brilhante com participação em mais de 100 produções incluindo cinema, teatro e televisão, ela também se destacava por sua grande luta pela visibilidade e inclusão da mulher negra na cinematografia brasileira. Qual das alternativas abaixo se refere a essa atriz?

- (A) Fernanda Montenegro.
- (B) Léa Garcia.
- (C) Marília Pêra.
- (D) Vera Fischer.
- (E) Marieta Severo.

17) Em 2023, a Fuvest decidiu pela primeira vez na história instituir uma lista de leituras obrigatórias apenas com obras escritas por mulheres. Na medida em que algumas das principais universidades do país são paulistas, especialmente a Universidade de São Paulo (USP), a decisão tem repercussão no próprio ensino de literatura brasileiro. Entre as autoras abaixo, quais delas são escritoras selecionadas para compor a lista da Fuvest? Analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

- I - Lygia Fagundes Telles.
- II - Clarice Lispector.
- III - Conceição Evaristo.
- IV - Rachel de Queiroz.

- (A) Apenas II, III e IV.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

18) O Ministério das Relações Exteriores, entre suas muitas atribuições, é o órgão da administração pública federal responsável pelas relações do Brasil com os demais países, além de assegurar a participação e a tomada de posição brasileira em organizações internacionais. Porém, tanto dentro quanto fora do país, a instituição ainda carrega o nome do palácio que lhe deu abrigo na antiga

capital federal. Qual das alternativas abaixo se refere ao nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores do Brasil?

- (A) Serjimirim.
- (B) Monjardim.
- (C) Itamaraty.
- (D) Maracaju.
- (E) Quixeramobim.

19) Preencha as lacunas e assinale a alternativa com a sequência correta:

Em agosto de 2023, houve um apagão que afetou todas as unidades da federação brasileira, cuja única exceção foi _____. Segundo nota do então chefe do Ministério das Minas e Energia, ministro _____, uma das causas foi a sobrecarga ocorrida no _____, nordeste brasileiro. Após isso, o Norte e o Nordeste foram “desconectados” do Sul e Sudeste, algo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) chamou de “ação controlada”. O último apagão com escala nacional registrado havia sido em 2014.

- (A) Amazonas/Helder Barbalho Filho/Pará.
- (B) Amapá/André Fufuca/Mato Grosso do Sul.
- (C) Rondônia/Geraldo Alckmin/Piauí.
- (D) Roraima/Alexandre Silveira/Ceará.
- (E) Acre/Camilo Santana/Espírito Santo.

20) Em fevereiro de 2019, um incêndio no alojamento das categorias de base de um grande time de futebol brasileiro tirou a vida de vários jovens que tinham entre 14 e 16 anos. A principal hipótese é que um curto-circuito no ar condicionado do local tenha provocado o fogo. Qual das alternativas abaixo se refere ao clube de futebol responsável pelas instalações onde ocorreu o acidente?

- (A) Bangu Atlético Clube.
- (B) Botafogo de Futebol e Regatas.
- (C) Club de Regatas Vasco da Gama.
- (D) Fluminense Football Club.
- (E) Clube de Regatas do Flamengo.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

21) Um *outdoor* retangular na cidade da Flor tem dimensões de 3 x 9 metros, o dono deste meio de publicidade cobra R\$ 30,00 por metro quadrado de seus clientes por 15 dias de exposição de campanha publicitária. Se uma empresa contratou este serviço por 15 dias, pagou por esta propaganda o valor de:

- (A) R\$ 750,00.
- (B) R\$ 790,00.
- (C) R\$ 810,00.
- (D) R\$ 840,00.
- (E) R\$ 900,00.

22) Marina vai cursar Medicina Veterinária, ela sabe que seu curso tem 10 semestres de duração. Se ela iniciou o curso no ano de 2023 e não precisa refazer nenhum semestre ao longo de sua jornada acadêmica, vai concluir o curso no ano de:

- (A) 2027.
- (B) 2033.
- (C) 2025.
- (D) 2028.
- (E) 2026.

23) Um brasileiro mudou-se para o Canadá e lá seu trabalho é remunerado semanalmente. Para cada semana recebe \$ 375,00 dólares. Considerando que ele trabalhe as 52 semanas do ano e que não tenha alteração salarial, o valor recebido neste período é de:

- (A) \$ 18.500,00.
- (B) \$ 19.500,00.
- (C) \$ 20.500,00.
- (D) \$ 21.500,00.
- (E) \$ 22.500,00.

24) A empresa X oferece aos seus colaboradores um curso de aperfeiçoamento que tem duração de 6 semanas. A cada semana é trabalhado um assunto e realizado uma avaliação. Se o colaborador obtiver um desempenho médio igual ou maior de 90 pontos nas 6 avaliações que o curso oferece ganha uma bonificação salarial. Os dados seguintes correspondem as avaliações de um dos colaboradores que realizou o curso:

94	88	78	96	90	94
----	----	----	----	----	----

Com base nestes dados, a média final deste colaborador é:

- (A) 88.
- (B) 89.
- (C) 90.
- (D) 91.
- (E) 92.

25) A tabela seguinte mostra a forma de pagamento de uma loja ao longo de um dia de funcionamento:

Formas de Pagamento	Quantidade de transações
Dinheiro	45
Pix	120
Cartão (débito/crédito)	75

Com base nestas informações, o percentual de transações em dinheiro e cartão desta loja neste dia corresponde a:

- (A) 40,0%.
- (B) 45,0%.
- (C) 47,5%.
- (D) 48,5%.
- (E) 50,0%.

26) Em uma sentença, um juiz condenou uma empresa a pagar uma multa de R\$ 100,00 caso não pague no dia que for notificada. Este valor dobra a cada dia que atrasar o pagamento. Se passados 10 dias a empresa ainda não pagou a multa, sua dívida já corresponde a:

- (A) R\$ 1.000,00.
- (B) R\$ 52.100,00.
- (C) R\$ 48.800,00.
- (D) R\$ 62.400,00.
- (E) R\$ 108.000,00.

27) A senha da porta de entrada do Rh da empresa Alfa é composta por 3 números distintos escolhidos entre 0 e 9. Se um funcionário novo no setor for criar a sua senha o número de opções que tem são iguais a:

- (A) 720.
- (B) 840.
- (C) 960.
- (D) 1000.
- (E) 10.000.

28) Um feirante comprou no Ceasa uma caixa com 30 dúzias de ovos brancos por R\$ 216,00. Se ele revende cada ovo na feira por R\$ 1,00 e supondo que vendeu todos os que comprou, ganhou nesta transação o valor de:

- (A) R\$ 108,00.
- (B) R\$ 112,00.
- (C) R\$ 124,00.
- (D) R\$ 136,00.
- (E) R\$ 144,00.

29) A sequência 169, 144, 121, possui um padrão lógico. Desta forma, o seu 5º elemento é igual a:

- (A) 102.
- (B) 96.
- (C) 92.
- (D) 81.
- (E) 78.

30) O coeficiente de inteligência segundo alguns pesquisadores vem diminuindo nos últimos anos. Em 2019 este coeficiente era de 100 pontos, 2020 o valor passou para 95, já em 2021 o valor chegou a 90 pontos e segundo os pesquisadores este valor deve cair ainda mais nos próximos anos. Com base nestas informações, a variação percentual aproximada do ano de 2020 para 2021 foi de:

- (A) 4,85%.
- (B) 5,00%.
- (C) 5,10%.
- (D) 5,15%.
- (E) 5,26%.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31) Considerando o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Enéas Marques/PR, julgue as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

I - Os empregos públicos, cujas vagas serão criadas por Lei e seus ocupantes denominados de empregados públicos, são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

II - Os cargos públicos, cujos ocupantes são denominados de funcionários públicos, serão exclusivamente de provimento efetivo.

III - O contrato de trabalho por prazo indeterminado poderá ser rescindido por ato unilateral da administração pública na hipótese de necessidade de redução do quadro de pessoal, por excesso de despesa.

IV - A contratação de pessoal para emprego público deverá ser precedida de concurso público de provas, ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do emprego.

- (A) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- (B) Estão corretos os itens I e IV, apenas.
- (C) Estão corretos os itens I, II e III, apenas.
- (D) Estão corretos os itens I, III e IV, apenas.
- (E) Todos os itens estão corretos.

32) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Enéas Marques dispõe que a autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público deverá determinar sua imediata apuração, a qual poderá ser realizada de modo sumário, mediante sindicância ou por meio de processo administrativo disciplinar. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A sindicância será instaurada por ordem da autoridade máxima de cada Poder, dos Diretores de Departamentos e, em se tratando de autarquias e fundações, de seu dirigente superior, podendo constituir-se em peça ou fase do processo administrativo.

(B) Não poderá fazer parte da comissão processante ou de sindicância, mesmo na qualidade de secretário, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do denunciante ou denunciado, bem como os subordinados destes.

(C) O processo administrativo disciplinar será realizado por comissão composta de sete servidores estáveis.

(D) O processo de sindicância deverá ser iniciado dentro do prazo de cinco dias úteis, contados da data de ciência da designação pelo presidente da comissão e concluída no prazo de trinta dias do seu início, prorrogável por mais trinta, à vista de representação motivada de seus membros.

(E) Ultimada a sindicância, a comissão remeterá relatório à autoridade que a instaurou, no qual indicará se houve procedência ou não da arguição feita contra o servidor.

33) A luz do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Enéas Marques sobre a contratação temporária por excepcional interesse público, assinale a alternativa correta:

(A) A admissão para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público será realizada pelo regime celetista, com contrato por prazo determinado.

(B) As autorizações para contratação temporária por excepcional interesse público será deferida pelo diretor da repartição pública que necessite da respectiva contratação.

(C) A admissão para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público somente se extingue mediante assinatura de rescisão contratual.

(D) Não será considerado excepcional interesse público o atendimento dos serviços que, por sua natureza, tenham características inadiáveis e cujas atividades tenham duração

temporária, sendo requisito indispensável para sua caracterização do prejuízo à vida e a saúde da população.

(E) Para atender as necessidades temporárias, de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas admissões de pessoal, por tempo indeterminado, mediante ato administrativo padronizado, do qual constarão os direitos, vantagens, deveres e obrigações do admitido.

34) Segundo dispõe a Lei Complementar Estadual 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná), o Tribunal de Contas, em todo e qualquer processo administrativo de sua competência em que constatar irregularidades poderá, observado o devido processo legal, aplicar sanções como multas, impedimento para obtenção de certidão liberatória, inabilitação para o exercício de cargo em comissão, entre outras. Sobre as sanções, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

(A) A multa deverá ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias, a partir do trânsito em julgado da decisão, quando líquida, ou a partir da intimação da liquidação da decisão, quando ilíquida.

(B) O não cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, por parte das entidades vinculadas à sua jurisdição, no prazo e forma fixados, resultará em impedimento para obtenção de certidão liberatória, emitida para fins de transferências voluntárias.

(C) A Declaração de Inidoneidade inabilitará os responsáveis para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, bem como para contratar com a administração pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

(D) Caracterizada a fraude em procedimento licitatório, o Tribunal, por maioria simples do Corpo Deliberativo poderá declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão dos gestores ou terceiros envolvidos, no âmbito da Administração Municipal e Estadual.

(E) Após o trânsito em julgado da decisão que fixar a restituição de valores, os responsáveis terão prazo de 10 (dez) dias para efetuar recolhimento, devidamente atualizado, em favor da entidade credora identificada.

35) A luz do que dispõe a Lei Complementar Estadual nº 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná) sobre as decisões em processos de tomada ou prestação de contas, assinale a alternativa correta:

(A) A decisão terminativa proferida em processo de tomada ou prestação de contas é

aquela pela qual o Tribunal de Contas emite parecer prévio, julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.

(B) A decisão definitiva proferida em processo de tomada ou prestação de contas é aquela pela qual o Tribunal de Contas ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidas.

(C) As contas serão julgadas regulares com ressalva quando verificada a ocorrência de desvio de finalidade.

(D) As contas serão julgadas irregulares quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte danos ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão.

(E) Na hipótese de julgamento de contas irregulares em razão de desvio de bens públicos, o Tribunal de contas providenciará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público para ajuizamento de ação penal.

36) A Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) significativamente alterada no ano de 2021 através da Lei nº 14.230, estabelece expressamente as espécies de atos de improbidade: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam lesão ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública. Sobre o assunto, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

(A) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

(B) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades da administração pública direta ou indireta.

(C) Constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

(D) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades da administração pública direta ou indireta.

(E) Constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

37) A respeito dos princípios da administração pública, assinale a opção correta:

- (A) O administrador público não tem o direito de renunciar a direitos, poderes e competências próprias da administração pública em decorrência do princípio da supremacia do interesse público.
- (B) Em decorrência do regime jurídico-administrativo delineado pela Carta Magna de 1988, o princípio da publicidade desdobra na necessidade de publicação oficial dos atos administrativos que devam produzir efeitos externos e dos atos que impliquem ônus para o patrimônio público, como requisito de eficácia, guardando relação com o princípio republicano.
- (C) O princípio da moralidade administrativa somente integrou o ordenamento jurídico brasileiro com advento da Constituição Federal de 1988, sendo expressamente disposto no caput do art. 37 da Carta Magna.
- (D) Para verificar a observância pelo administrador público dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, é dispensável a finalidade do ato.
- (E) O princípio da legalidade, expressamente imposto à administração pública na Constituição Federal, implica na possibilidade de o administrador público praticar qualquer ato, desde que não vedado em lei.

38) Acerca da servidão e do tombamento do patrimônio nacional, assinale a opção correta:

- (A) Caso o proprietário de coisa tombada não possua recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, o serviço do patrimônio histórico e artístico nacional fará a desapropriação da coisa tombada.
- (B) As servidões administrativas jamais geram direito a indenização, tendo em vista que não importam em perda da propriedade.
- (C) O tombamento estende-se aos monumentos naturais, bem como aos sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza.
- (D) Excluem-se do tombamento as obras de origem estrangeira, exceto quando constituírem bens públicos de valor histórico pertencentes ao país estrangeiro.
- (E) As servidões administrativas impõem-se exclusivamente para realização de obra pública.

39) Considerando as disposições legais sobre a concessão e permissão de serviço público, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- (A) Considera-se permissão de serviço

público a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente exclusivamente à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

(B) Considera-se permissão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

(C) Considera-se concessão de serviço público a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

(D) Considera-se permissão de serviço público a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

(E) Considera-se concessão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

40) São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

- I - Ao objeto, à área e ao prazo da concessão.**
II - Ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas.
III - Aos casos de extinção da concessão.
IV - À obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente.

- (A) Estão corretos os itens I, II e III, somente.
(B) Estão corretos os itens II, III, e IV, somente.
(C) Estão corretos os itens I, III e IV, somente.
(D) Estão corretos os itens I, II e IV, somente.
(E) Todos os itens estão corretos.

41) A respeito das ações constitucionais em espécie, assinale a alternativa correta:

- (A) São gratuitas as ações de mandado de segurança e habeas-corpus, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
(B) O estabelecimento de prazo decadencial para o exercício do direito a impetração do mandado é inconstitucional.

(C) Atos de gestão comercial praticados por administradores de sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviço público não podem ser questionados através de mandado de segurança.

(D) É cabível a impetração de mandado de injunção quando o exercício de direito previsto em norma infraconstitucional esteja sendo inviabilizado por ausência de norma regulamentadora.

(E) Não é pressuposto para a impetração de habeas data a recusa de prestação de informações pela autoridade administrativa.

42) Não pode propor Ação Direta de Inconstitucionalidade:

- (A) A Mesa de Assembleia Legislativa.
- (B) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Entidade de classe de âmbito estadual.
- (D) Confederação sindical.
- (E) O Governador de Estado.

43) Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) a despesa com pessoal do ativo e inativo e pensionistas, em cada período de apuração e em cada um dos entes da Federação, não poderá exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida:

- (A) 50% para a União e 60% para Estados e Municípios.
- (B) 60% para a União e 50% para Estados e Municípios.
- (C) 50% para a União, Estados e Municípios.
- (D) 60% para a União, Estados e Municípios.
- (E) 40% para a União e 50% para Estados e Municípios.

44) A sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação, o qual forneça recursos financeiros para custeio geral, é chamada pela Lei de Responsabilidade Fiscal de:

- (A) Empresa controladora.
- (B) Empresa dependente.
- (C) Empresa controlada.
- (D) Empresa coligada.
- (E) Empresa pública.

45) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB dispõe que será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro que reúna os seguintes requisitos, EXCETO:

(A) Ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

(B) Estar traduzida por intérprete autorizado.

(C) Terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia.

(D) Ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

(E) Haver sido proferida por juiz competente.

46) A luz do Código Civil, prescreve em:

(A) Cinco anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

(B) Quatro anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano.

(C) Três anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

(D) Dois anos a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.

(E) Um ano a pretensão do segurado contra o segurador.

47) A respeito dos direitos da personalidade, analise as afirmativas a seguir e assinale aquela que melhor corresponde as disposições do Código Civil e ao entendimento jurisprudencial sobre o tema:

(A) Os direitos do nascituro estão condicionados ao evento futuro que é o nascimento com vida, momento em que emergem os direitos da personalidade.

(B) O nascimento com vida é o marco inicial da personalidade jurídica da pessoa física, sendo que a partir deste momento os direitos inerentes a pessoa humana passam a ser protegidos.

(C) Os direitos do nascituro estão sob a condição resolutiva do nascimento com vida.

(D) O STJ entende que o embrião já deve ser considerado como pessoa portadora dos direitos da personalidade, com os direitos patrimoniais protegidos por lei.

(E) Desde o momento da concepção, ao nascituro é reconhecida a titularidade dos direitos da personalidade.

48) Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil a respeito do recurso de agravo de instrumento, assinale a alternativa correta:

(A) Não é cabível agravo de instrumento contra decisão interlocutória proferida no processo de execução.

(B) Cabe agravo de instrumento contra

decisão que determina a inclusão de litisconsorte.

(C) Cabe agravo de instrumento contra decisão que acolhe alegação de convenção de arbitragem.

(D) O agravo de instrumento será dirigido diretamente ao tribunal competente.

(E) As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento dispostas expressamente são exemplificativas, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

49) O Município Alfa, sucumbente em primeira e segunda instância em determinada ação declaratória, interpôs recurso extraordinário sob argumento de violação direta à Constituição Federal. Entretanto, ao receber o recurso, a vice-presidência do Tribunal denegou seguimento, justificando que o Supremo Tribunal Federal já havia decidido pela inexistência de repercussão geral da questão constitucional discutida no citado recurso. Assinale a medida processual mais adequada a ser tomada pelo Procurador do município:

(A) Interposição de agravo em recurso extraordinário, para que o Supremo Tribunal Federal reexamine a questão constitucional debatida e decida pela existência ou não de repercussão geral.

(B) Interposição de agravo em recurso extraordinário, para que o juízo de admissibilidade seja feito pelo Supremo Tribunal Federal.

(C) Interposição de agravo interno, demonstrando a diferença entre a questão constitucional debatida no caso em tela e a questão constitucional debatida no recurso ao qual o Supremo Tribunal Federal não reconheceu a existência de repercussão geral.

(D) Interposição de agravo em recurso extraordinário, demonstrando a diferença entre a questão constitucional debatida no caso em tela e a questão constitucional debatida no recurso ao qual o Supremo Tribunal Federal não reconheceu a existência de repercussão geral.

(E) Interposição de recurso extraordinário, para que o juízo de admissibilidade seja feito pelo Supremo Tribunal Federal.

50) É correto afirmar que o objetivo do incidente de desconsideração da personalidade jurídica inversa é:

(A) Expropriar os bens do executado que estejam em nome de terceiro.

(B) Reconhecer a possibilidade de expropriar

os bens dos sócios em razão de dívida da sociedade, quando verificado o abuso da personalidade jurídica, seja por desvio de finalidade ou por confusão patrimonial.

(C) Expropriar bens do patrimônio de pessoa jurídica em decorrência de dívida contraída pelo sócio.

(D) Permitir que a execução alcance os bens do cônjuge do devedor, quando verificado o abuso da personalidade jurídica.

(E) Assegurar a possibilidade de expropriação do patrimônio de pessoa jurídica de direito privado em razão de dívida do sócio, independentemente do abuso da personalidade jurídica.

51) No que tange as tutelas provisórias no Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:

(A) Durante o período de suspensão do processo a tutela provisória perderá a sua eficácia, salvo decisão judicial em contrário.

(B) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

(C) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.

(D) Não é permitido ao juiz a exigência de caução real ou fidejussória para concessão da tutela de urgência.

(E) A tutela de urgência requerida em caráter antecedente, em razão da sua natureza precária, jamais poderá se tornar estável.

52) Ubaldo, empregado da Construtora ABC Ltda. há quatro anos, desde o início da relação laboral chega dez minutos antes do seu horário normal de trabalho para tomar café nas dependências da empresa. Após ser despedido sem justa causa, ingressou com reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de horas extras referente ao período que permanecia a mais na empresa para tomar café. Sobre a situação, considerando o que dispõe a CLT, assinale a alternativa correta:

(A) Ubaldo não tem direito às horas extras postuladas, visto que o período não será computado como jornada extraordinária.

(B) Ubaldo tem direito ao pagamento de cinco minutos de horas extras por dia com acréscimo de 50%.

(C) Ubaldo tem direito ao pagamento das horas extras postuladas com acréscimo de 50%.

(D) Ubaldo tem direito ao pagamento de cinco minutos de horas extras por dia com acréscimo de 100%.

(E) Ubaldo tem o direito ao pagamento das horas postuladas, sem o acréscimo de 50%.

53) A luz do que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho a respeito da jornada de trabalho, assinale a alternativa correta:

(A) A partir da reforma trabalhista, é lícito aos empregadores estabelecer jornada de doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, independentemente de acordo individual, convenção ou acordo coletivo.

(B) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no período de seis meses.

(C) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.

(D) Na jornada especial de doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso os intervalos intrajornada poderão ser indenizados.

(E) Ocorrendo necessidade imperiosa, cuja inexecução do serviço possa acarretar prejuízo manifesto, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, desde que previsto tal hipótese em acordo ou convenção coletiva.

54) Segundo dispõe a CLT, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

I - Não cumprir o empregador as obrigações do contrato.

II - O empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, independentemente de alteração salarial.

III - Correr perigo manifesto de mal considerável.

IV - For tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.

(A) Estão corretos os itens I, II e IV, apenas.

(B) Estão corretos os itens I e III, apenas.

(C) Estão corretos os itens II, III e IV, apenas.

(D) Estão corretos os itens I, III e IV, apenas.

(E) Todos os itens estão corretos.

55) Com o trânsito em julgado de reclamação trabalhista julgada provida, procedeu-se a elaboração e juntada dos cálculos de liquidação de sentença, tendo sido as partes litigantes notificadas para manifestar-se. Diante do decurso do prazo com silêncio das partes, os cálculos foram homologados e o executado intimado para realizar o

pagamento, tendo-o feito no prazo de 5 dias juntamente com a apresentação de embargos à execução, por meio do qual impugnou a conta elaborada pelo contador. Diante desta narrativa e a luz das disposições da CLT a respeito do assunto, assinale a alternativa correta:

(A) Houve preclusão do direito à impugnação dos cálculos.

(B) Os embargos apresentados pelo exequente são tempestivos, razão pela qual seu mérito deverá ser apreciado pelo juiz.

(C) O prazo para apresentação de embargos à execução é de 3 dias úteis após a garantia da execução ou penhora dos bens, razão pela qual são intempestivos os embargos apresentados pelo exequente.

(D) Os embargos apresentados pelo exequente serão apreciados após a realização do preparo com acréscimo de 20%.

(E) O executado tem a faculdade de fazer a impugnação dos cálculos de liquidação de sentença logo na primeira notificação para manifestar-se, ou fazê-lo após a sentença de homologação, desde que esteja integralmente garantida a execução.

56) Considerado as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho a respeito do recurso de revista, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.

(B) Quando o recurso tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.

(C) A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

(D) O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.

(E) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de contrariedade a

súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

57) A luz das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho a respeito das audiências, assinale a alternativa correta:

(A) Se, até 10 (dez) minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

(B) Se, até 30 (trinta) minutos após a hora marcada, a audiência, ainda que justificadamente, não houver sido iniciada, as partes e os advogados poderão retirar-se, consignando seus nomes, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

(C) Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das audiências, mediante edital afixado na sede do Juízo ou Tribunal, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

(D) O juiz ou presidente manterá a ordem nas audiências, não podendo, porém, mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.

(E) Sempre que for necessário, poderão ser convocadas audiências extraordinárias, desde que haja comunicação com antecedência mínima de 5 dias úteis.

58) O Código Tributário Nacional dispõe que o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição. Entretanto, na falência:

I - O crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais.

II - O crédito tributário não prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

III - A multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

(A) Estão corretos os itens I, II e III.

(B) Estão corretos os itens I e II.

(C) Estão corretos os itens I e III.

(D) Estão corretos os itens II e III.

(E) Está correto somente o item I.

59) A respeito de isenção e anistia, assinale a alternativa correta:

(A) A isenção é uma limitação constitucional ao poder de tributar.

(B) A isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

(C) A anistia não pode ser restrita a

determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

(D) O despacho que concede anistia limitadamente, mediante requerimento de sujeito passivo interessado, gera direito adquirido.

(E) A anistia abrange as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, bem como os atos que sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo.

60) A respeito das espécies tributárias, assinale a alternativa correta:

(A) O Código Tributário Nacional adota a teoria tripartite, segundo a qual os tributos se dividem em três espécies: impostos, taxa e contribuição especiais.

(B) A teoria pentapartite, adotada pelo ordenamento jurídico, divide os tributos em cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições especiais, contribuições de melhoria e impostos residuais.

(C) Com advento da Constituição Federal, foram incluídos no ordenamento jurídico mais duas espécies tributárias: os empréstimos compulsórios e as contribuições de melhoria.

(D) No Brasil, foi adotada a teoria quinquipartite, em que pese o Código Tributário Nacional, recepcionado pela Constituição Federal de 1988, disponha expressamente somente sobre três espécies tributárias.

(E) O Código Tributário Nacional adota a teoria pentapartite, prevendo expressamente cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhora, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

FOLHA RASCUNHO DA PROVA DISCURSIVA

A prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá o total de 100,00 (cem) pontos e consistirá em 01 (uma) Peça Processual ou Parecer Jurídico, e versará sobre as disciplinas de Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito Administrativo a ser respondida em até 120 (cento e vinte) linhas.

Não serão permitidas consultas em nenhum tipo de material jurídico.

O candidato não poderá levar consigo o caderno da Prova Discursiva.

A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato, quando da correção pela banca examinadora, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

A Versão Definitiva da Provas Discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.

A FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. O rascunho, no caderno da Prova Discursiva, será de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação da Peça Processual ou Parecer Jurídico.

A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução da Prova Discursiva, acarretará descontos na pontuação atribuída ao candidato.

O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar a questão na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
- f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

ÁREA: DIREITO TRIBUTÁRIO

ENUNCIADO:

A sociedade *Jota Serviços Elétricos Ltda.* ajuizou em face do Município Zeta, ação ordinária anulatória de lançamento tributário, com objetivo de anular o lançamento por meio do qual o referido Município fez a cobrança de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e respectivos juros moratórios e multa punitiva em razão de atraso no pagamento. Não houve depósito de valores nos autos e o argumento utilizado pela sociedade é de que o lançamento de ofício realizado pelo fisco municipal é nulo, em razão da própria empresa ter declarado o montante principal do débito tributário em 01/06/2023.

Na peça exordial, a sociedade empresária discorreu que houve instauração de procedimento administrativo tributário em 02/05/2023, do qual decorreu o lançamento tributário de ofício em 10/05/2023. Assim, suscitou a ocorrência de denúncia espontânea e pleiteou pelo afastamento da cobrança de juros e multa, já que houve declaração do tributo pela empresa em 01/06/2023, e a inscrição em dívida ativa somente ocorreu em 01/10/2023.

A sentença proferida pela Segunda Vara da Fazenda Pública da Comarca de Zeta acolheu integralmente o pleito da autora, entendendo que, em razão da denúncia espontânea, era indevida a cobrança dos juros de mora e de multa punitiva. Conseqüentemente, condenou o Município réu à desconstituição do lançamento, restituição de custas processuais à autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 30% sobre o valor da causa.

Considerando a situação acima narrada, na qualidade de Procurador Municipal responsável pelo caso, redija a peça processual adequada para defesa do Município, abordando todos os aspectos de direito material e processual pertinentes. Dispense a narração fática.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	

68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	

105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	